

FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

TEACHER TRAINING FROM THE PERSPECTIVE OF INCLUSIVE EDUCATION

Alexsandra Lacerda de Caldas Trigueiro¹

Diana Lucena de Sousa²

Resumo: Este artigo tem por objetivo refletir sobre a formação do professor na perspectiva da educação inclusiva. Para tanto, ancora-se no pensamento de Brasil (2001), Glat e Nogueira(2002), Mendes (2006) e Silva (2003), entre outros, visando a compreender como ocorre a inserção do aluno com deficiência na escola regular e como se dar a formação do professor para atender essa clientela. Vislumbra-se a partir dessa produção acadêmica, contribuir para a reflexão acerca de práticas pedagógicas inclusivas que devem ser privilegiadas na escola e da necessidade da formação continuada do professor que opta pela educação inclusiva para todos.

1 Mestranda em Educação/Pedagoga com habilitação em Gestão Educacional/ Psicopedagoga/ Pos graduada em Educação Infantil/Professora do Curso de Pedagogia das FIP; Professora de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu FIP. Professora da Rede Municipal de Ensino – Patos-PB.Mestranda em Educação/ Professora com Licenciatura em Plena em História na FIP (Faculdade Integrada de Patos). Especialização em Educação UFPB (Universidade Federal da Paraíba); Pós - graduação em Psicologia Escola e da Aprendizagem – FIP; Pós – graduação em Psicopedagogia FIPE Especialização em Educação em Direitos Humanos UFPB (Universidade Federal da Paraíba);Professora da Rede Municipal de Ensino – Patos-PB

2 Mestranda em Educação/ Professora com Licenciatura em Plena em História na FIP (Faculdade Integrada de Patos). Especialização em Educação UFPB (Universidade Federal da Paraíba); Pós - graduação em Psicologia Escola e da Aprendizagem – FIP; Pós – graduação em Psicopedagogia FIPE Especialização em Educação em Direitos Humanos UFPB (Universidade Federal da Paraíba);Professora da Rede Municipal de Ensino – Patos-PB

Palavras-chave: Escola – Formação- Inclusão – Professores.

Abstract: This article aims to reflect on teacher education in the perspective of inclusive education. To do so, it is anchored in the thinking of Brazil (2001), Glat and Nogueira (2002), Mendes (2006) and Silva (2003), among others, aiming at understanding how the insertion of the disabled student occurs in regular school and how if they give the teacher training to serve this clientele. From this academic production, it is possible to contribute to the reflection on inclusive pedagogical practices that should be privileged in the school and from the need for the continued formation of the teacher who opts for inclusive education for all.

Keywords: School - training - teachers -Inclusion

INTRODUÇÃO

Desde as últimas décadas do século XX, muito se tem discutido sobre a educação inclusiva. Educadores brasileiros participaram de importantes Conferências sobre a temática. O Brasil foi signatário de vários documentos importantes para a promoção da inclusão educacional e social, também aceitou e divulgou as recomendações da ONU- Organização das Nações Unidas e foi mais além quando, em 2001, elaborou as Diretrizes Educacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que assinalavam dois importantes pontos: o primeiro adequação dos espaços escolares e o segundo a formação dos professores.

Estava lançado o grande desafio para a educação, pois a escola, contemplado sua trajetória histórica, caracteriza-se pela concepção elitista e burguesa da educação. Nessa ótica, a educação tornou-se privilégio de poucos, legitimando a exclusão. Suas práticas educacionais reforçavam a exclusão de indivíduos e grupos socioeconômicos tidos como menores, reproduzindo a ordem social vigente.

Compreende-se, portanto, que a educação inclusiva é desafiadora, porque busca quebrar paradigmas e, por isso, envolve não só a pessoa com deficiência, mas exige uma ação maior, mais envolvente capaz de mobilizar a escola, a família e a sociedade.

Sob a ótica desse entendimento, o presente artigo busca fomentar discussões em torno do tema para criar mais possibilidades de interação, comunicação, debate, consciência crítica e, sobretudo, ações que gerem impactos capazes de promover a verdadeira educação inclusiva, e as formas para repensar as estruturas educacionais e a formação de professores. Tudo em busca de um diálogo autêntico para responder as inquietações da sociedade e dos educadores, pois a escola ainda se encontra despreparada para viver a inclusão capaz de atender a sua clientela.

Toda a reflexão em torno do tema também se volta para o entendimento de como o professor deve enfrentar o desafio em prol de uma educação capaz de impulsionar a vida com a diversidade, o respeito e a tolerância, entendendo que há necessidade de vencer os preconceitos, rever os valores e buscar uma educação que potencialize as pessoas e as direcione para a aprendizagem.

INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Na história da humanidade, muitas e diferentes concepções da pessoa com deficiência existem. Da Antiguidade até a atualidade, as pessoas com deficiências foram ou continuam sendo consideradas diferentes e assinaladas com o estigma da exclusão, da rejeição.

Cada sociedade, ao longo dos tempos, adotou sua forma peculiar de lidar com as pessoas com deficiência. Na Roma Antiga, era permitido as famílias nobres ou plebeias sacrificarem os filhos que nasciam com deficiência; em Esparta, as pessoas com deficiências eram jogadas no mar ou em grandes precipícios; em Atenas, os deficientes recebiam amparo e proteção da sociedade, essa influência vinha de Aristóteles que foi defensor e autor da premissa jurídica: tratar os desiguais de maneira igual constitui-se em injustiça (SILVA, 1987).

Na Antiguidade, o abandono e a exterminação de pessoas deficientes eram prática natural-

mente predominante. Na Idade Média, elas eram associadas a ação demoníaca, consideradas como um castigo para os pais. Mais tarde, a deficiência foi definida como patologia e, por isso, a pessoa com deficiência era considerada doente, incapaz.

Mas, foi a partir da Modernidade que surgiu a preocupação com a pessoa deficiente e, na educação, teve início as discussões sobre as formas de uma educação inclusiva. No século XX, surgem as grandes tendências que permearam as ações pedagógicas, no âmbito da escola, especialmente da escola pública.

A Educação Especial, no Brasil, inicia-se a partir do século XIX e pode ser estudada a partir de três importantes momentos: de 1854 a 1956, marcada por iniciativas estritamente de caráter privado. Nesse período, o atendimento clínico especializado ganhou destaque, porém a educação começou a discutir suas possibilidades de atendimento. Na segunda etapa - de 1957 a 1993, as iniciativas partiram do oficial, em nacional. Até a década de 50, do século XX, a Educação Especial não era falada, pois só era discutida a Educação de pessoas com deficiência ou deficientes. A terceira etapa compreende de 1957 a 1993 e foi, em 1957, que a educação especial passou a ser assumida pelo poder público. Esse período se destaca pelas campanhas para atender as diversas deficiências. O período de 1993 até a atualidade caracteriza-se, sobretudo pelos debates, Congressos e movimentos em prol da inclusão escolar (SILVA, 1987).

Na década de 70, do século passado, foram criadas as classes especiais com objetivo de integrar as pessoas com necessidades especiais. O Estado brasileiro assume cada vez mais a responsabilidade e o dever de oferecer a educação para todos.

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/1996 dedica o seu V Capítulo à Educação Especial e o Art. 58 a define como "modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos que apresentam necessidades especiais" (BRASIL, 1996). Dessa forma, a LDB marca o território da educação especial. Fecha-se o século XX e, no Brasil, a Educação Especial passa por transformações, mudanças e muitas crises.

No século XXI, na perspectiva da Educação Especial, fica estabelecido que a Educação

Especial é uma modalidade de ensino que deve incorpora-se a todas as modalidades de ensino: Educação Básica e Ensino Superior (BRASIL, 2008).

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA

Nas últimas décadas, as sucessivas crises do sistema educacional levaram os sujeitos envolvidos com a educação a lutarem por mudanças para fortalecer a escola. Tropeços e avanços conduziram os processos de reflexão das práticas educativas, considerando os diversos contextos em que a escola se encontra inserida.

Reconhecendo que a família perdeu sua função educativa, a sociedade apontou para a urgente necessidade da escola expandir sua missão. Frente a esse entendimento, a figura do professor ganha novas atribuições, as mudanças começaram a acontecer, a escola acolhe novas classes sociais, o aluno aprendente deixa de ser passivo e passa a ganhar status de ativo e, por isso, inclui os excluídos do processo de aprendizagem.

Mesmo diante de tantas mudanças, alguns avanços, poucos retrocessos, o maior questionamento que a escola e seus professores enfrentam, porque ainda não sabem responder, qual é o verdadeiro papel da escola e qual é o tipo de educação que preconiza. E aqui urge ressaltar a importância da formação do professor para atender as novas demandas educacionais, de forma a criar novos caminhos e novas certezas.

Muitas foram as mudanças implantadas na educação, ao longo da história, quando as mudanças não eram no campo estrutural, mudavam-se as terminologias, tudo em prol de adequar a educação ao contexto sociohistórico. Não se pode esquecer que o fazer pedagógico do professor foi o mais questionado e debatido em todas as épocas. Todos os conflitos e reflexões acerca da educação trouxeram novas e importantes significações, no que tange os aspectos conceituais e paradigmáticos. Registram-se, não obstante, as incansáveis lutas reivindicatórias que reclamavam o respeito, a dignidade, educação inclusiva e trabalho digno.

Impossível é, portanto, falar em qualidade na educação, sem mencionar a formação do educador, pois esses pontos estão diretamente relacionados. Vale destacar que quando se fala em educação de qualidade para atender aos anseios da sociedade, necessário se faz pensar na formação do professor, que não se esgota quando este conclui uma faculdade.

Na atual realidade, o profissional que atua na docência precisa entender que a sua formação assume caráter permanente. O verdadeiro educador deve ser um estudioso, um pesquisador, mantendo-se atualizado e disposto a fazer as mudanças que vislumbram o bem estar dos estudantes e a promoção do processo de aprendizagem. Nóvoa (2007, p.22) corrobora esse entendimento ao acrescentar que “o aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente.”

E para lidar com a diversidade e a inclusão, o professor precisa refletir sobre a sua prática, analisar suas vivências para compreender a relação que se estabelece no bojo do processo da educação inclusiva. O que se tem notado é que na maioria das escolas com proposta inclusiva, mudam apenas o discurso, mas não fazem adaptações curriculares para atender às necessidades especiais dos alunos. A escola não planeja, não incorpora as adaptações e, via de regra, quando são feitas algumas mudanças ou arranjos curriculares, estes são restritos aos professores que, com iniciativas isoladas e improdutivas, evidenciam que “sem capacitação adequada ou supervisão, buscam entre os próprios colegas formas criativas, porém, nem sempre eficazes, de promover a aprendizagem desses alunos especiais” (GLAT; NOGUEIRA, 2002, p. 41).

Para além da formação acadêmica, o professor necessita de criatividade e técnica que devem ser associadas à ciência. Como elite intelectual do país, o professor deve ter autonomia para buscar sua própria formação, sua adequada formação. Com base no pensamento freiriano, um plano de formação docente deve provocar questionamentos no professor, gerando desafios para que este se aproprie de saberes imprescindíveis a sua prática educativa (FREIRE, 1996).

O professor que exerce a docência atinge singularidades específicas que o faz ser destaque, pois, na sua formação, além dos conhecimentos específicos do curso é preciso incorporar autonomia,

criatividade, decisão, confiança, atitude e visão de acolhimento. A concepção de saberes que reveste o saber do professor é basilar para que haja um entendimento justo do seu papel no trabalho coletivo que a escola desenvolve ou deveria desenvolver.

O saber docente não admite o singular, pois nas vivências escolares ele se pluraliza e ocupa os diversos espaços do conhecimento, fato que, cotidianamente, reclama do professor a ampliação de sua capacidade de integração, compreensão, acolhimento, aceitação da alteridade, como condição sine qua non para a efetivação de sua prática.

Desafios da formação do professor para a educação inclusiva

A necessidade de mudanças e inovações nas formas do trabalho pedagógico desencadeia um novo parâmetro no que diz respeito ao papel da escola e ao trabalho do professor, especialmente quanto a sua formação, que exige uma contínua reflexão do seu papel, em vista as exigências da atualidade.

Despontando dos novos cenários que, historicamente, vem sendo construído, o papel do professor já não corresponde ao que foi desempenhado no passado. Atualmente, vive-se em permanente desafios educacionais e sociais, onde a informação do professor é sempre questionada, exigindo do educador uma capacidade de adaptação e atualização permanente. Dentre os desafios enfrentados pelo professor na implementação da proposta de educação inclusiva, reside sua falta de preparo para atender a essa clientela, tanto em nível de formação básica quanto continuada. Corroborando esse pensamento,

Mendes (2006, p. 13), afirma que

[...] a formação de professores é mais uma das urgentes pautas que devem entrar na imensa agenda da pesquisa e da política nacional na área da educação, decorrente do debate sobre educação inclusiva e das reformas no sistema educacional impostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Deve-se reconhecer, portanto, que os principais desafios na formação dos professores para trabalhar com a educação especial não estão somente atrelados a definições das competências técnicas exigidas nesse tipo de formação, mas, nas indefinições das diretrizes políticas e curriculares, mesmo considerando todas as iniciativas governamentais nesse sentido.

Esclarece a Resolução da Câmara de Educação Básica e do Conselho Nacional de Educação CEB/CNE nº 02/2001, que para o professor ser considerado especializado em educação especial, é necessário que ele tenha competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar, apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didático-pedagógicos e práticas alternativas adequadas ao atendimento das mesmas, bem como trabalhar em equipe (BRASIL, 2001).

A política brasileira de inclusão escolar e social é prescrita a partir do reconhecimento do direito de todos os alunos se matriculem na rede regular de ensino público, em qualquer esfera. Nesse caso, compreende-se que as escolas devem estar preparadas para trabalhar com as diferenças.

Para atuar junto a alunos com deficiência é necessário que o professor seja capacitado para melhor exercer suas funções. Isto porque a formação deve proporcionar condições necessárias para que as práticas integradoras sejam positivas. Assim, percebe-se que a formação docente não pode restringir-se à participação em eventuais cursos, mas deve abranger programas de capacitação, supervisão e avaliação que sejam realizados de forma integrada e permanente. Reconhece-se, portanto, que essa não é uma tarefa fácil.

De acordo com Silva (2003), para atuar na educação inclusiva, a formação do professor deve contemplar conduzi-lo a identificar os alunos com necessidades educacionais específicas; conhecer novas metodologias para auxiliar no ensino destes alunos; verticalizar a relação da escola com a família; aprofundar conhecimento sobre o desenvolvimento escolar da criança e do adolescente; conhecer novas abordagens sobre avaliação; diversificar os métodos especiais de leitura e escrita; buscar novas técnicas de expressão e linguagem, ligadas ao trabalho com alunos com necessidades educacionais; respeitar os ritmos de aprendizagens dos estudantes.

Todas as exigências tornam-se cabíveis porque o professor é o profissional que desenvolve um trabalho, que vai além da reprodução do conhecimento, zelando por aulas dinâmicas, transformando a sala de aula em um espaço de educação, um lugar onde ocorre as transformações humanas.

Deve-se reconhecer que muitos professores não possuem os conhecimentos necessários sobre o processo de aprendizagem das pessoas com deficiência, nem sobre as abordagens de ensino, que promovem aprendizagens. Portanto, essas são razões suficientes para afirmar que, por isso, não possuem didática específica para uma prática pedagógica capaz de trabalhar com pessoas com deficiências, embora já tenham incorporado um discurso de inclusão, de respeito, de tolerância e de solidariedade.

No dizer de Cortelazzo (2006), o professor despreparado para o trabalho com a Educação Inclusiva pode assumir atitudes consideradas impróprias, tais como: ignorar as deficiências do aluno; dar muita atenção a um aluno e desprezar o restante da classe; e solicitar a retirada do aluno com deficiência da sua sala de aula porque não conseguem lidar com a situação.

Contudo, para realmente haver educação inclusiva é necessário que o professor aceite a ideia da mudança do ensino, reagindo a esta de forma positiva, reconhecendo a validade da sua atitude. Como promotor do processo de ensino-aprendizagem, ele precisa estar aberto tanto para a discussão sobre a inclusão como para aceitação de um aluno com deficiência em sua sala de aula.

Ao abordar os desafios da formação do professor para a educação inclusiva, Chauí (2006) elucida que para refletir sobre a formação de professores se faz necessário estudar as tensões, os conflitos e os desafios pertinentes a temática, no cotidiano da vida e da escola. Sob essa ótica, urge estudar os limites da inclusão dentro de um sistema que tem sua gênese na exclusão, pois somente assim será possível conhecer esses limites e desenvolver um trabalho capaz de transformar o processo educativo em ação libertador.

O grande dilema enfrentado pelos professores é a insegurança frente ao novo, isso influi na sua prática pedagógica em sala de aula. Quando se deparam com as necessidades educacionais especiais, muitas vezes, não sabem como organizar a sala de aula, como preparar as aulas, como propiciar

o desenvolvimento e a aprendizagem, como lidar com as diferenças e outras demandas que se apresentam na educação inclusiva, com, por exemplo, a insuficiência de material didático-pedagógico que limita o avanço na construção do processo ensino-aprendizagem.

A formação dos profissionais para atuar na educação especial caracteriza-se como desafio essencial para a efetivação da escola inclusiva, dentro dos princípios que a norteia como política pública. O desafio é fazer da escola, um espaço especial, promotora da aprendizagem de todos os alunos, que respeite a singularidade educativa do sujeito, que se responsabiliza pelos índices de repetência e evasão, que considera e respeita os ritmos, as singularidades, e que não condene parte dos educandos ao fracasso.

É preciso entender que a Educação Inclusiva aposta na igualdade e não na discrepância, na discriminação, pois garante educação para todos, igualdade de acesso à educação para todos; iguais de direitos e deveres para todos. Esse processo só pode acontecer se os que fazem a educação enfrentarem os desafios postos, em prol da execução do processo de aprendizagem capaz de satisfazer a necessidade de todos os educandos em escolas que oferecem ensino regular.

Atualmente, no Brasil, a formação de professores para educação especial encontra-se num grande impasse. Isto porque as licenciaturas nem sempre adotam modelos formativos com orientação inclusiva de atuação profissional, apenas apontam a inclusão como princípio educativo, não especificando como se dará a formação do professor especialista em educação especial.

A prática educativa exige conhecimentos aprofundados e base reflexiva. Traçar bons objetivos na educação exige a adoção de novas concepções, atitudes e envolvimento de todos os educadores. Novas atitudes e reflexões das políticas públicas trazem mudanças, talvez as esperadas. Mas a falta de preparo do professor é um dos maiores entraves, fator determinante para que não ocorra a interação dentro da sala de aula, especialmente do aluno deficiente. Assim, a formação docente tem sido alvo de muitos estudos e pesquisa, visando a identificar novas rotas que conduzam a inovadoras propostas curriculares, que melhorem a formação dos professores, com vistas à inclusão de alunos especiais no ensino regular.

Para auxiliar na formação e direcionamento da prática do professor, em (BRASIL, 2001, p. 5), a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, surgem as novas diretrizes para a educação especial, destinada às pessoas com deficiência no campo da aprendizagem, sejam estas originadas de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, ou de características como altas habilidades, superdotação ou talentos. Documento que norteia o trabalho do professor.

A Lei nº 10.172/2001 contempla a educação inclusiva, concorrendo para a relação do aluno e da formação do professor no seguinte sentido:

[...] oferecendo formação em serviço aos professores em exercício [...]. Incluir nos currículos de formação de professores, nos níveis médio e superior, conteúdos e disciplinas específicas para a capacitação ao atendimento dos alunos especiais. Incluir ou ampliar, especialmente nas universidades públicas, habilitação específica, em níveis de graduação e pós-graduação, para formar pessoal especializado em educação especial, garantindo, em cinco anos, pelo menos um curso desse tipo em cada unidade da Federação (BRASIL, 2001, p. 6).

A formação do novo professor para a educação inclusiva deve tratar-se de entender a singularidade como uma característica humana, ser diferente é próprio da espécie, todos carregam suas especificidades, enquanto pessoa humana. E na especificação de uma Educação Inclusiva, muitos são os obstáculos, que tal modalidade enfrenta, levando-os a buscarem novos conhecimentos para quebrar as suas próprias limitações e de sua formação.

Por fim, vale ressaltar que a formação dos professores na perspectiva da inclusão deve ser contínua, processual, pois a inclusão não tem limite, visto representar uma continuidade, um fato, uma postura, uma mudança conceitual e atitudinal que envolve valores culturais para as escolas e para toda sociedade.

CONCLUSÃO

O presente artigo traz à baila algumas reflexões sobre inclusão, escola inclusiva, formação de professores na perspectiva da inclusão, num contexto comum, têm o direito à educação que assegure sua futura integração e participação na sociedade.

No entanto, nota-se que apesar dos avanços registrados no sistema educacional brasileiro, a inserção do aluno deficiente na escola regular ainda se reveste de muitos desafios. As barreiras e os obstáculos que envolvem tal processo impedem que o acesso, a permanência e o sucesso escolar de alunos e alunas ocorram de forma significativa e natural. As leituras que embasam a presente discussão e as reflexões em torno delas ratificam que a inserção do aluno deficiente na escola regular pede que as escolas e suas comunidades mudem.

Por ser um processo complexo, imergindo de variados contextos históricos e sociais, a inserção do aluno com deficiência na escola regular requer mudanças significativas na escola e na prática pedagógica que nela é desenvolvida. Não obstante, ressalta-se que a escola precisa ser transformada num ambiente capaz de proporcionar ao aluno deficiente uma sensação de pleno bem-estar, de acolhimento, aberta as práticas de interação, de diálogo, de modo que não se sinta limitado e nem inferiorizado em relação aos colegas.

Para atender as políticas de inclusão, as escolas devem estar preparadas para todos, inclusive para os alunos deficientes, aptas para trabalhar com as diferenças. A inclusão de todos na escola se fortalece a cada ano e passa pelo plano da consolidação dos ideais da escola inclusiva. Sem esquecer que essa recomendação encontra-se alicerçada na LDB, Lei Federal nº 9394/1996.

O segundo grande desafio da escola inclusiva é a formação do professor que enfrenta a difícil tarefa de manter uma permanente formação, capaz de oferecer uma educação de qualidade para todos os estudantes matriculados. Os professores devem estar alertas para os processos de aprendizagens e suas particularidades, de modo a respeitar os alunos com ou sem deficiência, nomeado o respeito como mola propulsora da sua prática educativa. A inclusão deve ser para todos, porque ninguém é

perfeito na sua totalidade, todos temos potencialidades e limitações.

Os processos de aprendizagem e construção do conhecimento prescindem da participação de todos os sujeitos envolvidos. A educação para atender aos anseios da sociedade atual exigente e plural reivindica que esta seja de qualidade e que os professores tenham formação adequada, capaz de atender à clientela estudantil e, por consequência, prime pelo desenvolvimento de competências inclusivas.

Referências bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC/SEE, 2001.

BRASIL. Educação inclusiva: a escola. Brasília: MEC/ SEE, 2004

BRASIL. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília: SEESP, 2008.

CHAUÍ, M. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CORTELAZZO, Iolanda Bueno Camargo. Portadores de necessidades especiais, docência e tecnologias: como vencer a exclusão? Curitiba, UTP, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GLAT, Rosana.; NOGUEIRA, M.L.L. Políticas Educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. *Integração*. Ano 14, n.24, 2002.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Desafios atuais na formação do professor de educação especial. *Revista Integração*. Brasília: MEC/SEESP, vol. 24, 2006

NÓVOA, A. Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo. Palestra proferida no Parlamento Latino-Americano - Parlatino de São Paulo, em 05.10. 2006. Palestra publicada na *Revista Simpro-SP*, São Paulo: 2007

SILVA, Maria Odete Emygdio da. A análise de necessidades na formação contínua de professor: Um contributo para a integração e inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular. São Paulo: AVERCAMP, 2003.

SILVA, Otto Marques da. A epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. CEDAS, São Paulo: 1987.